

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A
UNIMED FORTALEZA – SOCIEDADE
COOPERATIVA MÉDICA LTDA,
OBJETIVANDO A ADESÃO AO PROJETO
PRÉ-PROCESSUAL EMPRESARIAL
(PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº
8505323-42.2025.8.06.0000).**

TCT Nº 09/2025

Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado TJCE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto, e pelo Desembargador Francisco Lucídio de Queiroz Júnior, Supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e o(a) **UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA.**, CNPJ 05.868.278/0001-07, com sede na Av. Santos Dumont, 949, Aldeota, em Fortaleza/CE, neste ato por seus representantes legais, Dr. Marcos Antônio Macedo de Aragão, Diretor Presidente e Dr Flávio Lúcio Pontes Ibiapina, Diretor Administrativo e Financeiro, na forma de seu estatuto social, doravante denominada **UNIMED FORTALEZA**, resolvem, com base na legislação em vigor, celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

No art. 184, da Lei Federal nº 14.133/21 com suas alterações, que trata dos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objetivo, a adesão ao Projeto Pré-Processual Empresarial, do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJCE, voltado à resolução consensual de conflitos através do atendimento de demandas de consumo cadastradas na seara Pré-Processual, nos termos da Resolução nº 125/2010 do CNJ e Resolução nº 07/2020 do Órgão Especial do TJCE.



CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO TJCE

Para a consecução do presente CONVÊNIO, o TJCE compromete-se a:

I. Fiscalizar, auditar e supervisionar a iniciativa, através do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos – NUPEMEC, criando rotinas e procedimentos de trabalho necessários à execução e uniformização das atividades.

II. Divulgar a iniciativa, o formulário de atendimento e os contatos disponibilizados pela empresa participante, em seu sítio eletrônico e mídias sociais.

III. Atuar, por meio dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania designados no Projeto, na execução das seguintes atividades:

- a) Cadastrar as demandas recebidas pelo formulário de atendimento no fluxo Pré-Processual;
- b) Enviar para a empresa participante, por meio do e-mail indicado, a demanda captada pelo formulário e os documentos que a acompanham, para análise;
- c) Indicar data e horário para a realização dos atendimentos presenciais, caso a empresa faça a opção por esta modalidade;
- d) Agendar e realizar audiência de conciliação, caso seja solicitado;
- e) Encaminhar devolutiva à parte reclamante para as providências cabíveis, formalizando o acordo caso haja manifestação positiva por parte da empresa, ou fornecendo orientações necessárias ao prosseguimento da demanda na situação da empresa conveniente ter se manifestado contrária à pretensão, por meio do setor de Cidadania.
- f) Homologar os acordos firmados na seara Pré-Processual, em caso decomposição;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) UNIMED FORTALEZA

Para consecução do objeto do presente Termo de Cooperação Técnica, o(a) UNIMED FORTALEZA compromete-se a:

I. Disponibilizar e-mail e equipe para atendimento das demandas encaminhadas pelo projeto;

II. Designar equipe de prepostos ou representantes jurídicos com poderes de negociação para atendimento dos interessados;

III. Acolher a demanda e, em 72h, cientificar a parte do início das tratativas.

IV Viabilizar a análise e tratativa dos casos enviados, nos prazos abaixo designados, contados do recebimento da reclamação, por e-mail, encaminhada pelo CEJUSC, contendo o nome completo do beneficiário, número da carteira de identificação, cópias do RG ou similar com foto e o número do protocolo de atendimento da Operadora para os seguintes assuntos.

a) Até 72h úteis, para os casos de rescisão contratual por inadimplência – plano individual, se a pendência financeira estiver regularizada e desde que o cancelamento tenha ocorrido nos últimos 30 dias, reconhecimento de cobrança indevida com a devolução do crédito na próxima fatura ou em até 30 dias, conforme Resolução, negativa de exames laboratoriais e de imagem.

b) Até 15 dias úteis, para os casos de negociação de débitos – contratos individuais, alteração de dados e negativação do nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito.

c) Até 30 dias úteis, para os casos de pedido de reembolso conforme tabela da Operadora – procedimentos com cobertura prevista no rol vigente da ANS.

V. Repassar ao CEJUSC o resultado da análise realizada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, para comunicação ao solicitante, seja com uma proposta de acordo, com a solicitação do agendamento de uma sessão de conciliação para prosseguimento das tratativas, prevalecendo-se nesse caso as suspensões, ou com a negativa de atendimento no caso e a correspondente justificativa;

VI. Participar de audiências de conciliação Pré-Processuais referentes ao projeto, quando designadas pelo CEJSUC, comprometendo-se a encaminhar representante com poderes para negociação e conhecimento da causa.

VII. Auxiliar o NUPEMEC na confecção dos formulários de atendimento, indicando as situações em que o mesmo poderá ser realizado e pontuando eventuais restrições.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

Cada um dos partícipes arcará com as despesas ou quaisquer outros ônus decorrentes de suas responsabilidades e competências.

Parágrafo Único – O presente termo não envolve repasse de recursos públicos, bem como inexistência de vínculo de natureza trabalhista entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA – DO GESTOR

Fica designado como gestor do presente Convênio, o Desembargador Supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de conflitos do TJCE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Convênio, será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, por assentimento das partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

Mediante concordância dos partícipes, este Termo poderá ser alterado, a qualquer tempo, por meio de Aditivos, permitindo-se a supressão e/ou inclusão de novas cláusulas.

CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente ajuste poderá ser rescindido, a qualquer tempo, mediante notificação prévia, por escrito, devendo ser observado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos que surgirem na vigência deste Termo serão solucionados por consenso dos partícipes, em termos aditivos, se necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS

As partes contratantes declaram encontrar-se adequadas ao tratamento dos dados de pessoa natural, devendo cada parte adotar os procedimentos legais necessários para tratamento de referidos dados no que se refere aos objetivos a que se destinam o presente convênio, ou seja, para a execução e tratativas deste convênio ou de procedimentos preliminares a ele relacionados.

Paragrafo único. Em qualquer hipótese, ambas as partes declaram estar cientes da necessidade de observância dos termos da Lei nº 13.709/2018 no que se refere ao tratamento direto e/ou indireto de dados de terceiros que se relacionem com o presente contrato de prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

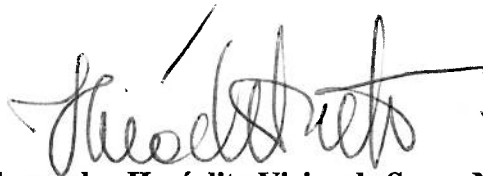
Este Termo de Cooperação deverá ser publicado, em extrato, após sua assinatura, no Diário da Justiça Eletrônico, conforme determina a Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

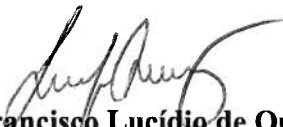
Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Termo de Cooperação Técnica.

Estando as partes de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo indicadas, passando o mesmo a surtir todos os seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza, 02 de junho de 2025.



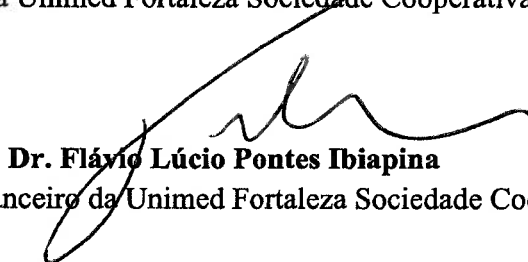
Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará



Desembargador Francisco Lucídio de Queiroz Junior
Supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos



Dr. Marcos Antônio Macedo de Aragão
Diretor Presidente da Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.



Dr. Flávio Lúcio Pontes Ibiapina
Diretor Administrativo e Financeiro da Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____